MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

DOI: 10.30612/rmufgd.v10i20.13944

Estados Unidos E A Política De Controle De Fronteiras: Práticas De Militarização E Mecanismos De Vigilância Com O México No Pós-11 De Setembro.

United States And Border Control Policy: Militarization Practices And Surveillance Mechanisms With Mexico After 9/11.

Estados Unidos Y La Política De Control Fronterizo: Prácticas De Militarización Y Mecanismos De Vigilancia Con México Después Del 11 De Septiembre

Fernando Luz Brancoli
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Rio de Janeiro - RJ, Brasil
E-mail: fbrancoli@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0429-2154

Simone da Silve Ribeiro Gomes
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
Pelotas - RGS, Brasil
E-mail: s.ribeirogomes@gmail.com

Resumo: A chegada de Donald Trump à presidência dos EUA reanimou debates sobre a gestão das fronteiras do país, principalmente com o México. O objetivo deste artigo é demonstrar que, apesar da guinada discursiva apontada por Trump a partir de 2017, dispositivos de controle, militarização e de construção de inimigos estão presentes na lógica de controle fronteiriço EUA-México há décadas, principalmente no governo de George W. Bush Filho. Mais do que uma profunda mudança, reforçamos que as políticas adotadas pelo Republicano seguem uma lógica inaugurada há pelo menos 15 anos. A partir de uma metodologia qualitativa, com uma revisão bibliográfica sobre o tema das fronteiras nas ciências humanas, indicamos como discursos e ações políticas já convergiam nas dimensões da fronteira representarem ameaças e inimigos externos.

Palavras-chave: Militarização, Fronteira EUA-México, Guerra ao Terror

Abstract: Donald Trump's arrival as US presidency has revived debates over the country's border management, particularly with Mexico. The purpose of this article is to demonstrate that, despite the discursive shift pointed out by Trump from 2017 onwards, control, militarization and enemy-building devices have been present in the logic of US-Mexico border control for decades, especially in the George W administration. Bush Son. More than a deep change, we reinforce that the policies adopted by the Republican follow a logic inaugurated at least 15 years ago. Based on a qualitative methodology, with a bibliographical review on the theme of borders in the human sciences, we indicate how political discourses and actions already converged in the dimensions of the border, representing threats and external enemies.

Keywords: Militarization, US-Mexico Border, War on Terror

Resumen: La llegada de Donald Trump a la presidencia de Estados Unidos ha revivido los debates sobre la gestión fronteriza del país, particularmente con México. El propósito de este artículo es demostrar que, a pesar del giro discursivo señalado por Trump a partir de 2017, los dispositivos de control, militarización y construcción del enemigo han estado presentes en la lógica del control fronterizo entre Estados Unidos y México durante décadas, especialmente en el George W. administración Bush Son. Más que un cambio profundo, reforzamos que las políticas adoptadas por los republicanos siguen una lógica inaugurada hace al menos 15 años. A partir de una metodología cualitativa, con una revisión bibliográfica sobre el tema de las fronteras en las ciencias humanas, indicamos cómo discursos y acciones políticas ya convergían en las dimensiones de la frontera, representando amenazas y enemigos externos.

Palabras clave: militarización, frontera México-Estados Unidos, guerra contra el terrorismo.

Recebido em
25/02/2021

Aceito em
14/06/2021

INTRODUÇÃO

"Eu vou construir um muro e os mexicanos vão pagar por ele". Assim Donald Trump resumiu, em debate da rede televisiva CNN, em 2016, sua vindoura política para migração entre os dois Estados. Apontado falhas do seu antecessor, Barack Obama, Trump argumentava que o México era uma fonte de ameaças, notadamente pelos potenciais "estupradores e traficantes de drogas" que ameaçavam os EUA.

As fronteiras, em suas múltiplas manifestações, são um dos principais símbolos do Estado soberano e de disposições de poder. Porém, além de manifestações da vontade estatal, também podem ser entendidas em chaves discursivas contemporâneas. A chegada de Trump à presidência foi marcada principalmente pelas promessas de aumento do controle das fronteiras dos EUA. Com o foco em uma suposta ameaça representada pelos mexicanos, o argumento de construção de um muro esteve presente nos debates presidenciais e nas primeiras ações após sua chegada ao poder em 2017 até 2021, quando deixou a presidência.

O objetivo deste artigo é demonstrar que, apesar da guinada discursiva apontada por Trump a partir de 2017, dispositivos de controle, militarização e de construção de inimigos estão presentes no controle fronteiriço EUA-México há décadas. Mais do que uma mudança profunda, reforçamos que as políticas adotadas pelo Republicano seguem uma lógica inaugurada há pelo menos 15 anos. Utilizando uma metodologia qualitativa, com uma revisão bibliográfica sobre o tema das fronteiras nas ciências humanas, indicamos como discursos e ações políticas já convergiam para tais questões.

Desta feita, a análise qualitativa foi realizada de forma a averiguar como a temática das fronteiras, em especial a EUA-México, foi tratada na área das ciências humanas, o que incluiu perspectivas sobre as políticas migratórias neste período. A revisão bibliográfica, portanto, se concentrou em abordagens das Relações Internacionais, Sociologia e Ciência Política, da mesma forma que foram buscadas perspectivas que refletissem sobre o fenômeno histórico

da militarização. Adicionalmente, uma pesquisa em reportagens em jornais foi feita, dentro do escopo das presidências nas últimas três décadas.

***

Os estudos sobre fronteiras (Andreas, 2003; Brunet-Jailly, 2005; Paasi, 2005; Benedetti, 2014; Haselsberger, 2014, Kolosov, 2015; Laine, 2015) identificam a temática como complexa e multifacetada. As distintas escalas em que estas ocorrem, ademais de as tornarem um objeto transdisciplinar por excelência, demonstram empiricamente como os espaços que as cruzam - ou são atravessados por estas - não possuem apenas barreiras administrativas e geopolíticas, mas econômicas, culturais e sociais. O foco dos trabalhos realizados a respeito da temática, no entanto, foi se alterando segundo suas distintas localidades e histórico para seus significados funcionais, com uma inflexão no entendimento do conceito. As definições tradicionais foram desafiadas momentaneamente por conta da mudança no próprio contexto em que as fronteiras existiam e foram alteradas.

Isso posto, a lógica de construir muros para afastar determinado grupo político não é um fenômeno novo. As primeiras sessões da Grande Muralha da China foram construídas há mais de 2.500 anos, com o Muro de Hadrian no norte da Inglaterra iniciado pelo Império Romano em 122 dC para definir o seu limite norte e impedir o movimento dos invasores. A maioria das cidades medievais possuía fortificações para proteger a população e recursos em caso de ataque. Muros estes que exemplificam a territorialidade política, que Sack (1986: 19) definiu como "a tentativa de um indivíduo ou de um grupo de influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, delimitando e afirmando o controle sobre uma área geográfica". Contudo, antes da era moderna, não se identificava um uso sistemático de territórios limitados para significar reivindicações políticas (Murphy, 1996). Em vez disso, durante a maior parte da história humana, encontram-se pequenos centros de poder, como as cidades muradas da era medieval na Europa, que tinham controle somente sobre as terras próximas. Entre esses, eram identificados espaços vagos ou não administrados, ou mesmo com reivindicações sobrepostas feitas por múltiplos reinos, cidades-estados ou impérios (Scott, 2009).

Nos últimos 300 anos, os avanços tecnológicos, notadamente em comunicação e transporte, permitiram a expansão da administração do Estado, com um papel central desempenhado pelas fronteiras, com a transformação de linhas militares defensivas para marcadores de soberania e espaços para impedir o movimento de pessoas indesejadas (Rosière e Jones 2012). O propósito mais antigo das fronteiras políticas era demarcar linhas defensivas militares além das quais o governante não permitiria que o exército de um governante oponente pudesse atuar. Alguns desses limites ainda permanecem no mundo contemporâneo - por exemplo, a zona desmilitarizada na península coreana ou a linha de controle que separa as forças indianas e paquistanesas na região da Caxemira. Tais fronteiras são consideradas anomalias, nas quais as reivindicações territoriais concorrentes não são resolvidas e os militares mantêm o controle da zona que separa os dois Estados.

Nos Estados Unidos, embora a Patrulha da Fronteira tenha sido criada em 1924 e uma incipiente militarização da região da fronteira que os separa do México tenha ocorrido depois, a inflexão para compreender as mudanças nessa lógica fronteiriça são os ataques de 11 de setembro de 2001. Quando o Departamento de Segurança Interna (DHS) foi criado em 2002, a agência anteriormente conhecida como Serviços de Imigração e Naturalização foi transferida do Departamento de Justiça para o DHS, e os programas e políticas de aplicação da imigração voltaram seu foco no antiterrorismo. Desde então, a militarização vem aumentando e sendo normalizada na fronteira entre os EUA e México e nas agências de aplicação da fronteira.

Como militarização da fronteira, nos referimos à intensificação sistemática do aparelho de segurança da fronteira, transformando a área de fronteira transnacional para uma zona de vigilância, execução e violência permanentes. A fronteira tornou-se uma zona de guerra imaginada, onde uma guerra às drogas, crimes e estrangeiros é travada. Tais arranjos tornam as zonas fronteiriças áreas onde a Constituição dos EUA tem pouco ou nenhum valor, um território pós-constitucional que se expande em todo o país.

Relações conflituosas: genealogia dos mecanismos de controle das fronteiras México-EUA

São muitos os mecanismos de monitoramento da fronteira EUA-México, e sua análise passa, invariavelmente pelo entendimento da *Border Patrol,* a patrulha da fronteira (Hernández, 2010), o aumento e complexificação de seus investimentos. Algumas das iniciativas de cooperação do país ao norte com seus vizinhos, com o objetivo explícito de deter a migração centroamericana para os EUA tiveram centralidade no *Programa Integral Frontera Sur*, aprovado em 2014, com ações de fortalecimento dos controles exercidos pelos agentes em solo mexicano. Ademais, o Programa de Repatriação Humana no México inclui nove módulos de repatriação na fronteira norte, em cidades como Tijuana, Mexicali, Nogales, Ciudad Juárez, Ojinaga, Cd. Acuña, Piedras Negras. Ainda assim, em termos históricos, é preciso ressaltar como a tendência em assumir que houve um momento anterior na história em que todas as fronteiras eram seguras, não se confirma. As fronteiras porosas contemporâneas, então, podem ser atribuídas aos níveis crescentes de homicídios e crimes comuns, aos avanços tecnológicos que ajudam os traficantes, ou a um enfraquecimento da vontade política para garantir a ordem (ANDREAS, 2009).

A ideia de uma "Era dourada de segurança" no passado não procede no caso da fronteira Estados Unidos – México, ou mesmo para outras fronteiras, no que diz respeito ao tema. Os Estados reivindicam autoridade absoluta sobre seus territórios; elaboram mapas que ilustram as divisões entre suas autoridades e a soberania de outros Estados; e tentam ocultar tudo o que ameace essa representação. No entanto, mesmo os Estados territoriais mais antigos têm apenas algumas centenas de anos, com uma maioria que não ultrapassa algumas décadas de existência. Com fronteiras igualmente recentes, e que atuam como elementos de distinção social imaginárias que não eram materializadas na terra até recentemente. A fronteira Estados Unidos – México não é diferente na medida em que foi demarcada no meio do século XIX, quando as áreas ocidentais periféricas da América do Norte foram ocupadas

por colonizadores (WERNE, 2007). Antes da definição dos Estados mexicano e norte-americano, os americanos nativos viviam nessa região. No entanto, essas sociedades não possuíam as estruturas de soberania de um estado territorial, e suas terras eram constantemente tratadas como *terra nullius* (terra de ninguém) pelas autoridades europeias e, mais tarde, pelos novos e independentes Estados do México e dos Estados Unidos.

No início do século XIX, os colonos que chegaram aos Estados Unidos se basearam inicialmente na costa Leste do Atlântico, mas foram rapidamente expandindo para o Oeste. O centro de poder do México foi, inicialmente, ao redor da Cidade do México. Naquele período, considerando a exploração espanhola do século anterior, o México possuía autoridade simbólica da maioria das terras que constituem os atuais estados do Arizona, Califórnia, Colorado, Novo México, Nevada, Texas, Utah e Wyoming. À medida em que os imigrantes anglo-saxões se mudaram para esses territórios e o Texas se declarou independente do México, a autoridade sobre essas terras foi disputada e o resultado foi a Guerra Mexicano-Americana. Os Estados Unidos, após iniciarem esta ao invadir o território mexicano, foram vitoriosos e, grande parte da fronteira atual foi definida no Tratado de Guadalupe–Hidalgo em 1848 (*ibidem*). As mudanças finais foram feitas na Compra Gadsden, em 1853, que moveu a fronteira mais ao Sul para permitir a construção de uma ferrovia meridional para a Califórnia.

Essas duas anexações transferiram quase metade do território mexicano para os Estados Unidos, ainda que este fosse não administrado. Nesse sentido, deixaram aproximadamente cem mil cidadãos mexicanos e duzentos mil nativos americanos no território dos Estados Unidos. Após esses tratados, a fronteira existia nos mapas, mas não necessariamente na prática. Nevins (2010, p.27) descreve o cercamento e a reimaginação do território como norte-americano a partir da segunda metade do século XIX, com o sul do Texas como o local de conflitos mais sangrentos, na medida em que oficiais americanos e colonos anglo-saxões entraram em conflito com os moradores mexicanos que resistiam ao fluxo em larga escala de colonos, além da imposição da ordem política e econômica americana.

No começo do século XX, a reordenação inicial já havia sido concluída e o risco de uma *invasão mexicana* era reduzido. Globalmente, as fronteiras territoriais estavam sendo

formalizadas e o sistema de reconhecimento mútuo de soberania estava funcionando. No entanto, a gestão da fronteira entre Estados Unidos e México apenas iniciava, com o estabelecimento de pontos de passagem e a construção de ferrovias conectando os dois países. Os longos trechos da fronteira entre esses pontos de travessia, que passavam predominantemente por áreas áridas e pouco povoadas, eram abertas, não demarcadas e não protegidas. A fronteira entre os Estados Unidos e o México tem uma longa história de tráfico de entorpecentes e de movimentos de travessia de pessoas (ANDREAS, 2009). Durante a Guerra Civil Americana (1861-65), os Confederados traficavam algodão para a Europa através do México. Uma considerável estrutura de tráfico foi estabelecida durante a Lei Seca (1920-23) nos Estados Unidos que, após a legalização do álcool, foi transferida para outros países. Na década de 1980, o tráfico de drogas aumentou nas zonas de fronteira, com a interdição dos carregamentos de cocaína através do Caribe pela Guarda Costeira e pela Agência de Combate às Drogas americana.

Apesar de Trump apontar a necessidade do emprego das Forças Armadas na região - ou da militarização das agências de controle fronteiriço - esse processo já é identificado desde a década de 1980 principalmente na repressão ao tráfico de drogas (HEYMAN; CAMPBELL, 2012). Nesse sentido, instrumentos e tecnologias de vigilância e inteligência militar foram fornecidos para agentes civis, principalmente para a Agência nacional de combate ao narcotráfico (DEA, na sigla em inglês). Nevins (2010 : 12) aponta que rapidamente o foco do tráfico de entorpecentes se difundiu para o controle da migração, na medida em que há uma ampla sobreposição regional entre as rotas de transporte de drogas e humanos e, mais importante, a migração não autorizada foi tratada politicamente nos Estados Unidos como um problema de igual ameaça e urgência, apesar desta equação não ser óbvia. É dentro dessa lógica que uma profusão de práticas, treinamentos e um maior emprego de elementos das Forças Armadas se insere no contexto da fronteira México - Estados Unidos. Enquanto elementos como no muro construído na fronteira constarem sensores de movimento, dispositivos de visão noturna e veículos aéreos não-tripulados, todos de origem militar, uma área importante e ilustrativa é a vigilância e a coleta de inteligência. Os Estados Unidos

operam, dentro do Departamento de Defesa, a maior organização de coleta de dados em todo o mundo, a Agência de Segurança Nacional e Defesa e a Agência de Inteligência. Essas estruturas reúnem uma vasta gama de informações sobre pessoas, comunicações e movimentos físicos. Diferente do que acontece em outros espaços fronteiriços dos EUA, como com o Canadá, o material coletado com o México é classificado e inacessível para fontes públicas, com registro de compartilhamento de dados entre grupos civis e militares (HEYMAN; CAMPBELL 2012).

Ainda que a mídia apresentasse o tráfico como uma via de mão única para os Estados Unidos, há muitos produtos indo nas duas direções. O México possuía uma economia protecionista com altos impostos, em grande parte da primeira metade do século XX, e muitos produtos de luxo eram contrabandeados, vindos dos Estados Unidos. A maioria das mercadorias transportadas ilegalmente para o México no século XXI consistiu em armas e dinheiro da venda de drogas. Assim, de um a cada oito traficantes de armas nos Estados Unidos encontram-se em localidades ao longo desta fronteira (RICE, 2011).

O movimento de pessoas também é um ponto nevrálgico para esse espaço. Antes da criação da Patrulha Americana, em 1924, havia relativa liberdade de tráfego nas duas direções. Mesmo após a sua criação, o tamanho e as duras condições ao longo da fronteira só permitiam que a recém-criada agência conseguisse patrulhar uma parcela deste espaço, normalmente nas áreas próximas aos pontos de travessia.

Durante a Segunda Guerra Mundial, com a participação de muitos estadunidenses no conflito, havia a necessidade imediata de trabalhadores rurais nos Estados Unidos, e o Programa Bracero (1942-64) estabeleceu um sistema para que trabalhadores visitantes mexicanos fossem legalmente trabalhar. Ainda que este tenha terminado nos anos 1960 e as cotas para imigrantes mexicanos tenham sido reduzidas, as redes de emprego estavam instaladas e as vagas ainda disponíveis. Consequentemente, muitas pessoas que anteriormente iam legalmente através do programa de trabalhador visitante nos anos 1950, começaram a atravessar a fronteira de forma ilegal nos anos 1970 (*ibidem*).

Além do crescimento de cidades ao redor da fronteira como pontos de trânsito de pessoas e mercadorias – legais e ilegais –, o estabelecimento de empresas "maquiladoras" (literalmente fábricas irmãs) no início dos anos 1960, levou ao desenvolvimento econômico e ao crescimento da população nas áreas próximas à fronteira (WRIGHT, 2006). Essas zonas de exportação poderiam ser construídas até 19 km de distância da fronteira e receberam isenção fiscal para acessar o mercado americano. Essas fábricas se expandiram rapidamente na medida em que ofereciam trabalho aos mexicanos e mão de obra mais barata para as empresas americanas. Apesar de esse modelo ter sido afetado pelo Tratado Norte Americano de Livre Comércio (NAFTA), que ofereceu um acesso similar a outras fábricas em todo o México, o aumento do fluxo de bens fortaleceu as conexões na fronteira. Nos anos 1980, com o aumento do tráfico de drogas, da imigração ilegal e das áreas urbanas ao redor da fronteira, a segurança na fronteira mexicana entrou em debate nos Estados Unidos (ANDREAS, 2009). Políticos nos Estados Unidos reconheceram que a segurança da fronteira demonstrou de forma simbólica o comprometimento deles com a lei e a ordem, com a proteção dos seus empregos e em tratar o problema do tráfico de drogas. Isso resultou no crescimento do financiamento do Patrulhamento da Fronteira e de uma série de operações militarizadas e de tecnologia de ponta para a segurança.

"Hold the line"

Em El Paso, no Texas, a operação *Hold the Line,* iniciada em 1993, abriu um precedente para futuras operações ao demonstrar que o direcionamento de um número considerável de agentes para uma região específica poderia reduzir drasticamente o número de pessoas cruzando a fronteira naquele local (NEVINS, 2010). Em meados dos anos 1990, a Operação Gatekeeper na região de San Diego seguiu o mesmo modelo, deslocando agentes para reduzir o fluxo pela fronteira naquela área (*ibidem*).

Essas operações representaram uma mudança fundamental na tática do Patrulhamento de Fronteiras (COLEMAN, 2007). Anteriormente, os agentes se posicionavam afastados da linha da fronteira, atuando na apreensão de pessoas após elas entrarem nos EUA (HEYMAN E ACKELSON, 2009). Esse novo método os posicionou diretamente na linha da fronteira, em intervalos curtos, para deter as travessias, o que tornou necessária uma quantidade muito maior de agentes.

Esses programas geraram diferentes resultados. Em termos práticos, falharam devido a seu alto custo, tiveram um efeito prejudicial em zonas ecologicamente sensíveis e pouco impacto no número total de pessoas atravessando a fronteira. Em vez de reduzir as travessias, essas operações redirecionaram os imigrantes para lugares menos visados, principalmente no Arizona e no Novo México, longe dos pontos de travessia e dos grandes centros populacionais, como San Diego e El Paso (HADDAL ET ET AL., 2009). No entanto, em termos da performance da segurança, foram bem sucedidas, tanto para os políticos, quanto para o Controle de Fronteiras (ANDREAS, 2009). Elas permitiram que esses defensores do aumento da segurança na fronteira reivindicassem sucesso, indicando um declínio no número de travessias onde as operações foram conduzidas, ao mesmo tempo que puderam pressionar para um maior financiamento para designar agentes para os locais mais remotos, onde as travessias aumentaram.

O surgimento dessa questão no fim dos anos 1980 também resultou na construção da primeira barreira em um setor da fronteira. Em 1993, uma cerca de 23 quilômetros foi erguida em San Diego para complementar o policiamento daquela região. Um cercamento adicional foi autorizado nos pontos de travessia em Campo (CA), Yuma (AZ), Nogales (AZ), Naco (AZ), Douglas (AZ) e El Paso (TX), o que, em 2016, somou quase 100 quilômetros de cercas ao longo dos 3.169 quilômetros de fronteira (HEYMAN E ACKELSON, 2009). O relatório do Serviço de Pesquisa do Congresso sobre esse cercamento inicial concluiu que “A cerca inicial, por si só, não teve um impacto perceptível no fluxo de imigrantes ilegais pela fronteira de San Diego" (HADDAL et al., 2009:2).

Mudança de narrativa após 11 de setembro

Apesar das barreiras físicas e do aumento do policiamento não terem apresentado um impacto perceptível no número de imigrantes cruzando a fronteira, a imigração e a segurança neste espaço ganharam cada vez mais espaço em 2001, após os ataques de 11 de setembro. Nesse sentido, a ação de membros da Al-Qaeda pode ser interpretada não só como um ataque terrorista com milhares de vítimas, mas, simbolicamente, também como uma ação contra os Estados Unidos como nação, na medida em que norte-americanos se sentiam, até então, isolados da violência política global. A simples geografia do país, que ocupa um continente isolado dos grandes centros populacionais na África, Ásia e Europa, evitaram várias ameaças potenciais de alcançarem o território dos Estados Unidos. Consequentemente, o sentimento repentino de vulnerabilidade foi desorientador para muitas pessoas (HANSEN, 2008, BRANCOLI, 2012).

O cercamento da fronteira não chegou ao topo da agenda da guerra global contra o terror imediatamente após os ataques. Ao contrário, o outono de 2001 foi tomado pelo luto aos mortos, possíveis ataques por *Anthrax* e a invasão ao Afeganistão. No momento em que os sentimentos iniciais de luto e desejo de vingança começam a desaparecer, o foco mudou dos atentados de 11 de setembro para a prevenção de futuros ataques terroristas. Na medida em que as narrativas de “bem” e “mal” da guerra global ao terror convergiram com a representação do México como um Estado fraco e desordenado, aumentar a segurança na fronteira se tornou uma forma de prevenir um ataque futuro.

Nesse sentido, o discurso da Guerra ao Terror (*War on Terror*), que emergiu em 2001, representou o mundo de forma binária em termos de civilização e barbárie. Dentre outras consequências dos ataques de 11 de setembro, a fala do então presidente George W. Bush subsidiou a fundação para o que ficaria conhecido como a Doutrina Bush da guerra ao terror

(KAUFMAN, 2007). As narrativas dessa guerra se apoiavam em uma visão na qual havia o "bem" e o "mal", o certo e o errado, e em que o resto do mundo ou estava com os Estados Unidos ou com os terroristas.

Nesta visão binária de mundo, um lado era moderno, civilizado e defensor da liberdade. O outro era pré-moderno, violento, irracional e bárbaro. O conflito não era simplesmente entre os Estados Unidos e a Al-Qaeda, mas também entre a civilização e o mal. Isso resultou na percepção de que todas as democracias modernas são essencialmente as mesmas e estão igualmente sob ameaça de uma rede terrorista global e unificada que está tentando destruir a civilização. Nos Estados Unidos, a descrição das pessoas que conduziram os ataques como irracionais gerou duas respostas. Primeiramente, a Doutrina Bush situou os Estados Unidos em uma posição de prevenção (BUSH, 2002): não era mais aceitável esperar pelo próximo ataque; ao contrário, a ação militar no exterior era necessária para encontrar e eliminar os "vilões". Em segundo lugar, enquanto o mal estava enraizado fora do país, uma segurança mais agressiva em casa era necessária para identificar e prevenir um ataque futuro potencial.

Todos esses temas centrais da Guerra contra o Terror já ganhavam forma no discurso de Bush ao Congresso em 20 de setembro de 2001. No início deste, ele enfatizou como as pessoas livres e democráticas ao redor do mundo demonstraram seu suporte e solidariedade aos Estados Unidos: "e em nome do povo americano, eu agradeço ao mundo pelo seu imenso suporte. A América nunca esquecerá o som do nosso hino nacional sendo tocado no Palácio de Buckingham, nas ruas de Paris e no Portão de Brandenburgo em Berlim… nós não esqueceremos as crianças sul-coreanas reunidas para rezar fora da nossa embaixada em Seul, ou as preces de compaixão feitas em uma mesquita no Cairo. Nós não vamos esquecer os momentos de silêncio e os dias de luto na Austrália, África e América Latina".

Após conectar os acontecimentos a outras pessoas e lugares, o discurso redefiniu os atentados como um ataque aos valores comuns das pessoas desses locais. Os valores compartilhados não são descritos como posições de política externa, estratégias militares ou

práticas de desenvolvimento; em vez disso, a formulação é bem mais visceral. O ataque foi contra o desejo humano básico de liberdade:

> no 11 de setembro, os inimigos da liberdade cometeram um ato de guerra contra o nosso país. Tudo isso foi trazido sobre nós em um único dia – e a noite caiu em um mundo diferente, um mundo onde a própria liberdade estava sob ataque.

Estas afirmações definem não apenas o propósito dos ataques, mas também quem foi atacado. Elas escalam o conflito para incluir o mundo todo:

> Essa não é, contudo, apenas uma luta da América. E o que está em jogo não é só a liberdade da América. Essa é uma luta de todo o mundo. É uma luta da civilização. É a luta de todos aqueles que acreditam no progresso e no pluralismo, tolerância e liberdade. O mundo civilizado está mobilizado ao lado da América. Eles entendem que se este terror ficar impune, suas próprias cidades, seus próprios cidadãos podem ser os próximos. O terror, sem resposta, pode não apenas derrubar edifícios, mas também ameaçar a estabilidade de governos legítimos. E vocês sabem… nós não vamos permitir isso (BUSH, 2003).

Estas frases simples tiveram um grande impacto, na medida em que elevaram o conflito às questões de humanidade ao argumentar que a violência do terrorismo tem o potencial de exterminar a civilização. Em segundo lugar, elas igualam derrubar prédios a "ameaçar a estabilidade de governos legítimos". No contexto do discurso, os ataques de 11 de setembro fortaleceram o governo dos Estados Unidos ao reunir as pessoas em torno da causa e convencê-las de que precisavam apoiar uma extensa operação militar e de segurança. Consequentemente, essas afirmações são poderosas do ponto de vista normativo, pois criam uma nova realidade em vez de serem apenas afirmações sobre fatos.

O discurso também redefine quem eram os terroristas. Bush destaca a Al-Qaeda como a fonte da violência, mas argumenta que, assim como as vítimas não podem ser entendidas no espaço limitado dos Estados Unidos, os terroristas não podem ser entendidos no contexto limitado da Al-Qaeda:

> "Nossa guerra ao terror começa com a Al-Qaeda, mas não termina nela. Ela não vai terminar até que cada grupo terrorista de alcance global tenha sido encontrado, parado e derrotado . Os americanos estão perguntando ´por que eles nos odeiam?´. Eles odeiam o que nós estamos vendo aqui dentro dessa casa – um governo democraticamente eleito. Os líderes deles são autonomeados. Eles odeiam as nossas liberdades: nossa liberdade de religião, de expressão, de voto e de reunião, e de discordar entre nós. Eles querem derrubar governos de vários países muçulmanos, como o Egito, Arábia Saudita e Jordânia. Eles querem tirar Israel do Oriente Médio. Querem tirar cristãos e judeus de várias regiões da Ásia e da África. Esses terroristas não matam somente para acabar com vidas, mas para interromper um um modo de vida. Com cada atrocidade, eles esperam que a América se amedronte, se retire do mundo e abandone nossos amigos. Eles se colocam contra a gente, porque nós nos colocamos no caminho deles".

Em 20 de setembro, as posições-chave sobre a guerra global contra o terror estavam definidas, mas as implicações mais amplas para a segurança de fronteira entre os Estados Unidos e México ainda não. O discurso do Presidente Bush abre espaço para repensar a segurança, na medida em que tomar "medidas de defesa contra o terrorismo protege os americanos", mas decisões de como elas serão aplicadas são deixadas para outro dia. O discurso foi bastante popular entre o povo americano, com uma pesquisa de opinião mostrando que 91% apoiou o tratamento da resposta dos Estados Unidos e 80% daqueles a par do discurso estavam "mais confiantes sobre a habilidade do país em lidar com uma crise repentina" (KNOWLTON, 2001, p.1). O fato de esse dramático evento ter acontecido nos Estados Unidos também trouxe à tona sentimentos de vulnerabilidade que focaram atenção em outras ameaças potenciais, escondidas em seu território.

Um editorial publicado no *Dallas Morning News* no dia 20 de setembro de 2001, mesmo dia em que Bush se dirigiu ao Congresso, articulou os medos sobre o México e a segurança interna americana. Ainda que nenhum dos terroristas do 11 de setembro tenha entrado no país pela fronteira mexicana, e o único terrorista suspeito detido em uma travessia por terra estivesse vindo do Canadá, a fronteira mexicana começou a ser o foco dos gastos com a segurança.

As narrativas da Guerra ao Terror sobre civilização e ordem destacaram a percepção de que o México não possuía soberania completa sobre seu território. O território foi descrito

como um lugar onde as práticas da civilização moderna não estavam ainda estabelecidas e sobre o qual falta controle do Estado. Igualmente, os habitantes do México foram descritos em formas desumanizantes, que fizeram com que eles parecessem não ser merecedores de um tratamento civilizado. Com efeito, por muitos anos, o país fez o papel do outro "sem lei" e "atrasado" no imaginário popular dos Estados Unidos. Imagens de feriados selvagens em Cancun, tequila, *sombreros* e a ética do "vale tudo" de Tijuana estão incluídas nas representações do país. Este seria um lugar selvagem, mas bom – mais divertido do que ameaçador.

Nos anos após o 11 de setembro, essas representações continuaram, mas o "sem lei" assumiu um ar mais sinistro: em vez do lugar de "festa vale tudo", o México foi transformado em um lugar de "cartel violento/vale tudo". Desde a década de 1970, havia uma grande ansiedade em alguns setores da população americana sobre o potencial de mudanças culturais e sociais irreversíveis, caso a imigração do México não fosse controlada (HEYMAN, 1998). Essas narrativas racializadas prevaleceram nos anos 1990, em que os imigrantes eram culpados por um largo espectro de problemas sociais, de desemprego até o aumento das taxas de criminalidade.

Além de construir as primeiras barreiras na fronteira e dobrar o número de agentes de patrulhamento nos anos 1990, houve uma série de leis anti-imigração que tentaram restringir o acesso de imigrantes aos serviços sociais ou limitar quais idiomas eram falados nas escolas e prédios públicos. Essas questões não desapareceram após 11 de setembro. Em vez disso, a atenção popular foi temporariamente direcionada para outros lugares, já que a percepção de ameaça do Islã estava elevada (HEYMAN E ACKELSONO, 2009). No entanto, notícias nos jornais, de 2001 a 2005, enfatizavam a violência crescente no México e o potencial perigo que isso colocava aos Estados Unidos.

Um artigo do New York Times, de 2002, por exemplo, sobre um líder de um cartel começava assim: "A lenda do cartel de Arellano Felix foi escrita em sangue em todo o México. Eles matavam por negócio e por prazer, frequentemente tirando vidas aleatoriamente. Suas balas mataram o cardeal católico romano em 1993. Eles mataram oito bebês e crianças por

um ajuste de contas em 1998" (WIENER, 2002). Essas representações de violência enfatizam que parte substantiva da matança era irracional: "por prazer", "aleatoriamente", e até direcionada a "crianças". Em seguida, o artigo se dirige para as consequências para os Estados Unidos: "Eles perfuraram a fronteira com navios, aviões, caminhões e túneis, incluindo uma ferrovia a 360 metros de profundidade". A descrição da fronteira como "perfurada" enfatiza a noção de que ela é um limite rígido, o que implica que os cartéis a atravessaram como uma invasão militar, com navios e aviões. O artigo sugere que, em vez de trazer mais lei e ordem ao México, a prisão traria ainda mais "ilegalidade": "as autoridades estão se preparando para uma guerra entre os remanescentes da gangue e seus rivais...há batalhas sangrentas e outro surge em seu lugar". Citando um agente mexicano, o artigo alerta que, apesar do aparente sucesso da prisão: "nós não podemos perder de vista o fato de que as forças policiais estão infiltradas com corrupção". As palavras finais do artigo lembram ao leitor que o México é uma "longa terra sem lei" (*ibidem*).

Esse tipo de representação persistiu ao longo de 2005, quando a consternação sobre a falta de lei nas áreas de fronteira alcançou novos níveis. Notícias publicadas no verão deste ano descrevem o lado mexicano como uma "área sem lei", com "bandidos de fronteira" (NEW YORK TIMES, 2005); como um lugar onde diplomatas não estão seguros: "México: Estados Unidos fecha consulado em cidade sem lei" (BETANCOURT, 2005); e como um local onde a estratégia dos chefes de polícia é não fazer cumprir as leis: "Em uma cidade sem lei, os líderes da segurança evitam problema" (THOMPSON, 2005a). Essas preocupações chegaram ao ápice quando dois Estados de fronteira, o Novo México e o Arizona, declararam situação de emergência para combater a crescente violência na fronteira, em agosto de 2005.

Janet Napolitano, na época Governadora do Arizona e depois Secretária de Segurança Interna, disse: "Os dois governos federais nos deixaram na mão – não parece haver nenhum senso de urgência". Bill Richardson, então Governador do Novo México, disse: "Isso é um ato de desespero... até que o congresso e os federais lidem com a questão" (BLUMENTHAL, 2005).

Ao longo do ano, a fronteira mexicana foi descrita como "em crise" e "perigosa" (Thompson, 2005). Os documentos do governo americano também descreveram o Estado

mexicano como não tendo soberania sobre seu território. Essas áreas de desordem são vistas como ameaças para as democracias modernas porque, sem autoridade soberana para garantir a ordem, outros atores não-estatais podem operar sem serem detectados. Muitas análises produzidas nos Estados Unidos consideravam o México um Estado falido (GOMES E ACÁCIO, 2015).

Essa narrativa trabalha com a ideia de que imigrantes não querem assimilar a cultura americana e, em vez disso, se baseiam em crenças tradicionais de que são uma ameaça para o modo de vida moderno americano (*american way of life)*. Como a citação mostra, essas narrativas de alterização são inerentemente territoriais. Elas focam em quem deve ser permitido entrar nos Estados Unidos e quais as possíveis consequências de movimentos não regulados desses "outros" para as tradições e o modo de vida dentro do que, agora, está sendo chamado de "terra natal".

Antes do 11 de setembro, seria estranho chamar os Estados Unidos de "pátria" ou de ter um Departamento de Segurança Interna. Os Estados Unidos são um país de imigrantes e a grande maioria de seus residentes possui antepassados de outra parte do mundo. Se "pátria" era usado de alguma forma, era para se referir aos laços persistentes dos cidadãos americanos com esses outros lugares estrangeiros. Pátria, assim como "terra natal" (motherland e fatherland), são expressões de nacionalismo, que representam uma conexão duradoura entre um certo grupo de pessoas, "a nação", e um território específico (KAISER, 2002). Pátria implica em um vínculo eterno com uma terra em particular que pode ser rastreada através de gerações.

Nas narrativas nacionalistas, a pátria deve ser controlada por um grupo específico, para que seja preservada a conexão com a terra e garantir que características culturais e étnicas singulares das pessoas sejam perpetuadas naquele território. O objetivo é criar um sentimento compartilhado de associação em grupo e conectar esse sentimento a um território específico.Sendo assim, o termo era raramente aplicado às colônias dos Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia ou África do Sul. Brubaker (1999) sugere que esses lugares eram melhor entendidos por meio de noções de patriotismo e nacionalismo cívico, nos quais o

sentimento de pertencimento é menos sobre o local de nascimento e etnicidade e mais sobre cidadania e lealdade a um Estado.

No entanto, Brubaker (2002, p.171) argumenta que “alguns eventos críticos, em particular, podem servir para galvanizar e cristalizar um grupo potencial, ou aumentar níveis de ´agrupamento´ pré-existentes”. Isso ficou evidente após o 11 de setembro, quando houve um grande apoio a atos patrióticos que iam de comprar bandeiras até apoiar novas guerras.

Para muitas pessoas, isso também elevou os Estados Unidos à pátria que necessitava ser segura para proteger um modo de vida em particular. As narrativas de ameaça vindas da Guerra ao Terror e a desumanização de não-cidadãos transformaram a segurança da fronteira em um projeto caro e excludente, defendido apenas pela extrema direita da política americana, em um passo essencial para proteger os americanos e sua “pátria”. Com a situação no México sendo descrita com termos ameaçadores como “guerra”, “sem lei”, “crise” e “emergência”, selar a fronteira se tornou uma prioridade política urgente. O argumento de Huntington (2009), de uma divisão, é emblemático da separação realizada por análises conservadoras que temiam uma assimilação e perda de valores da cultura protestante anglo-saxã.

As ações violentas e incivilizadas das pessoas e a falta de controle do governo do outro lado da fronteira levaram a uma percepção de que uma barreira era a única opção para proteger os cidadãos americanos e seu modo de vida de uma série de ameaças.

O ATO DE SEGURANÇA DAS FRONTEIRAS DE 2006

A ameaça global e desterritorializada do terrorismo foi re-territorizalizada na forma do “ingovernado” e “incivilizado” território do México. Em 2006, quando o projeto de uma barreira estava em discussão no Congresso americano, ele ganhou apoio bipartidário.

O projeto de lei que se tornou o Ato de Segurança das Fronteiras em 2006 foi introduzido pelo deputado Peter King, de Nova Iorque, como H.R 6061 "Título: Estabelecer o controle operacional sobre as terras internacionais e fronteiras marítimas dos Estados Unidos". Ainda que alguns membros do Congresso argumentassem que a reforma da imigração deveria ser feita primeiro, para a maior parte, o debate era menos sobre se o cercamento deveria ser feito e mais sobre o tamanho e que tipo de barreira construir. Antes da aprovação final do projeto de lei na Câmara dos Deputados, defensores da barreira enfatizaram a falta de ordem no México de forma geral - e os estados de emergência declarados no Arizona e no Novo México de forma específica –, assim como o perigo de terroristas atravessando a fronteira.

O patrocinador do projeto de lei, Deputado King, afirmou que "na medida em que há indícios de terroristas atravessando pela fronteira ao Sul, não há dúvida de que apreenderam documentos da Al-Qaeda que indicam o desejo de trazer pessoas através dessa fronteira" (ARQUIVO DO CONGRESSO AMERICANO, 2006, p. H6587). Uma série de outros defensores reiteraram esse ponto. O deputado David Dreier, da Califórnia, afirmou:

> "Eu odeio a ideia de nós termos que subir uma cerca. Mas o fato é que não temos outra escolha. Não temos escolha porque esta semana, quando comemoramos o quinto aniversário do 11 de setembro, estamos no centro de uma guerra contra o terror. Nós enfrentamos a ameaça de alguém que gostaria de nos matar, cruzando a nossa fronteira" (ibidem: H6583).

Outros deputados argumentaram que a possibilidade de terroristas cruzando a fronteira não era hipotética, mas que esses "terroristas" já haviam sido pegos na fronteira mexicana. O deputado Jeb Hensarling, do Texas, destacou: "Senhor, iraquianos foram pegos tentando infiltrar a nossa fronteira ao Sul. Iranianos foram detidos tentando cruzar a nossa fronteira pelo Sul; jordanianos e pessoas de países onde a Al-Qaeda recruta. A segurança da fronteira é a segurança nacional (ibidem: H6586).

O deputado David Weldon, da Flórida, resumiu o medo que estava direcionando a aprovação do projeto de lei:

> H.R 6061 colocar a segurança em primeiro lugar. Segurança da fronteira é segurança nacional. De acordo com a Alfândega e a Patrulha das Fronteiras, 644 imigrantes ilegais de paises que patrocinam o terrorismo foram capturadas pela patrulha da fronteira em 2005. O fato de esses indivíduos terem sido pegos atravessando ilegalmente para os Estados Unidos deveria preocupar todos nós. Esses estrangeiros ilegais eram de nações patrocinadoras do terrorismo, como a Somália, Irã e a Arábia Saudita, onde militantes islâmicos, como a Al-Qaeda, operam. Nós não sabemos quantos foram bem sucedidos em entrar ilegalmente, nem se entraram com o objetivo de machucar americanos. Como mais uma prova de que o terrorismo está tentando entrar em nosso país, o Xerife do condado de Zapata, no Texas, indicou que, recentemente, moeda iraniana, distintivos, jaquetas e outras roupas militares árabes estavam entre os itens que foram descobertos ao longo das margens do Rio Grande. Algumas dessas tentativas de cruzar a fronteira ilegalmente são de grupos islâmicos que conduziram o terrorismo nos Estados Unidos...É claro que o Congresso e a Administração devem fazer tudo que é possível para garantir a segurança da fronteira. Qualquer coisa a menos deixa o país mais vulnerável a ataques terroristas e deixa nossos cidadãos e imigrantes legais pagando a previdência social, educação, saúde e outros custos associados com a imigração ilegal (ibidem: H6590).

Fatos não pareciam impedir o Deputado Weldon. Ainda que ele tenha identificado vários países de maioria muçulmana, somente o Irã estava, de fato, na lista de patrocinadores do terrorismo do Departamento de Estado (em 2006, Cuba, Coreia do Norte, Síria e Sudão também estavam na lista). Os líderes dos países aliados dos Estados Unidos, como a Indonésia e Bangladesh, ficariam furiosos de terem sido descritos como “países patrocinadores de terroristas”. No entanto, o que é evidente nesses discursos é que o medo gerado pelos atentados de 11 de setembro foi reembalado e direcionado para os muçulmanos e a fronteira com o México. Como afirmou orador após orador, “a segurança da fronteira é segurança nacional”. Com a população estadunidense apoiando a barreira e os maus pressentimentos gerados pelo 11 de setembro ainda persistindo, o Ato de Segurança das Fronteiras de 2006 foi aprovado tanto pela Câmara dos Deputados, quanto pelo Senado, com apoio bipartidário. Na Câmara dos Deputados, a votação foi 283 a 138; no Senado foi de 80 a 19; com os senadores Joe Biden, Hillary Clinton e Barack Obama votando “sim”.

Na cerimônia de assinatura, o Presidente Bush enfatizou que a cerca era uma questão legal, e que aqueles que cruzam a fronteira estavam burlando a lei. Ele também destacou o papel que a cerca teria em melhorar a segurança:

> Nosso país é um país de imigrantes. Mas somos também um país de lei. Infelizmente, os Estados Unidos não estiveram em completo controle das suas fronteiras por décadas e, por isso, a imigração ilegal estava em ascensão. Nós temos a responsabilidade de resolver esses desafios. Nós temos a responsabilidade de garantir o cumprimento das nossas leis. Nós temos a responsabilidade de garantir a segurança das nossas fronteiras. E nós levamos a sério essa responsabilidade. O projeto de lei autoriza a construção de centenas de milhas adicionais de cerca ao longo da nossa fronteira ao Sul. Esse projeto de lei autoriza mais barreiras de veículos, postos de controle e iluminação para ajudar a evitar que pessoas entrem no nosso país ilegalmente. Esse projeto autoriza o Departamento de Segurança Interna a aumentar o uso de tecnologia avançada, como câmeras e satélites e veículos aéreos não tripulados para reforçar a nossa infraestrutura na fronteira. Nós estamos modernizando a fronteira meridional dos Estados Unidos, de forma que possamos assegurar aos cidadãos americanos que estamos fazendo o nosso trabalho de garantir a segurança da fronteira. Ao utilizar a barreira física de forma sábia e implementar tecnologia do século XXI, estamos ajudando o Patrulhamento da Fronteira a fazer seu trabalho (BUSH, 2006a).

A eleição de Barack Obama, em 2008, foi anunciada como um momento seminal em para a política norte-americana, principalmente em dimensões ligadas às questões raciais e a possibilidade de expansão da inclusão nos EUA. Apesar das narrativas de campanha focarem na esperança e mudança, o governo do democrata foi rapidamente atingido por debates sobre a crise de 2008 e uma série de preocupações de política externa, como disputas com a Rússia e a Primavera Árabe. A perda da maioria na Casa de Representantes, nas eleições de meio de mandato de 2010, prejudicaram a capacidade de legislar através do Congresso, o que teve um impacto profundo nas dimensões de migração. Como resultado, ele foi incapaz de aprovar qualquer lei relacionada a refúgio e migração durante sua presidência.

É dentro desse contexto que, apesar de declarar que tinha como objetivo mudanças positivas na área de migração, o legado de Obama pode ser descrito como o de “deporter in

chief"[1]. Descrevendo o significativo aumento nas deportações em comparação com as duas administrações anteriores, Golash-Boza (2018: 24) aponta que:

> Durante seus oito anos no cargo, a administração Obama formalmente expulsou mais de três milhões de indivíduos do país, em comparação aos dois milhões durante o mandato de George W. Bush e cerca de 900.000 sob a administração Bill Clinton

Golash Boza atribui o aumento acentuado nos números de deportação à mudança nas prioridades de fiscalização: a remoção formal de criminosos e aqueles que cruzaram a fronteira ilegalmente. No entanto, o aumento das deportações sob a administração Obama supera não apenas as figuras associadas a seus predecessores Bush e Clinton, mas também os de Trump. Em seu auge, o governo Obama deportou 409.849 imigrantes em 2012, enquanto o de Trump registrou, apesar de sua retórica, pouco mais da metade desse valor. Sua administração foi a responsável por 296.085 deportados, somente em 2020.

Essa reflexão é particularmente relevante para posicionar o governo do democrata dentro de uma narrativa mais ampla sobre práticas de segurança na fronteira e controle de imigrantes na região. Apesar de não ser o foco da presente análise, as políticas adotadas por Obama rearticulam o foco discursivo de inimigos e traficantes mexicanos, apesar de manterem, em maior ou menor grau, as práticas efetivas.

Considerações Finais

Em entrevista para a Fox News, em abril de 2017, o presidente Donald Trump afirmou que iria "encerrar de uma vez por todas" com a política "falha e insegura" do seu antecessor Barack Obama. Para além do jogo de palavras, típico do republicano, o mapeamento das práticas ligadas à fronteira EUA-México demonstra que o republicano de fato aumentou as

[1] O termo faz alusão ao "Commander in Chief", em uma tradução direta "Comandante", termo usado para descrever o presidente norte-americano em relação a sua liderança das Forças Armadas

práticas iniciadas em 2001. Nesse sentido, encontra-se de maneira mais assertiva elementos de continuidade, principalmente na lógica da militarização desse espaço, do que efetivamente de uma brusca alteração.

É interessante constatar, além disso, como a própria disposição imaterial das fronteiras vem se alargando através do tempo. O "Muro" físico se estende, metaforicamente, para dentro do território dos EUA e do México, seja com normas sobrepostas que dão mais poder aos agentes de segurança ou mesmo na atuação destes em cidades a quilômetros da faixa de fronteira. Um foco importante para pesquisas futuras é justamente uma melhor compreensão de como práticas de Exceção foram incorporadas e alocadas no controle desses espaços.

4. REFERÊNCIAS

ANDREAS, P. (2003). Redrawing the line: Borders and security in the twenty-first century. **International security**, 28(2), 78-111.

ANDREAS, P. (2009) **Border Games: Policing the US–Mexico** Divide , 2nd edn, Ithaca, NY: Cornell University Press.

BRANCOLI, F. L (2016). **Companhias Antropofágicas de Segurança no Sul Global: narrativas de privatização da violência e construção de ameaças na Líbia e no Afeganistão**.

BENEDETTI, A. (2014). Espacios fronterizos del sur sudamericano: Propuesta de un modelo conceptual para su estudio. **Estudios fronterizos**, 15(29), 11-47.

BRUBAKER, R. (2002) 'Ethnicity without groups,' **European Journal of Sociology** , 43: 163 89.

BRUNET-JAILLY, E. (2005). Theorizing borders: An interdisciplinary perspective. **Geopolitics**, 10(4), 633-649.

BUSH, George W. (2001) **"Address to the Nation**." Speech. Bush 2001h. Washington, DC. Presidentialrhetoric.com. 20 Sept. 2001. Acesso em abril de 2020 <http://www.presidentialrhetoric.com/speeches/09.20.01.html>.

BUSH, George W. (2002**). National Security Strategy of the United States ,** georgewbush whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2002/

COLEMAN, M. (2007) 'A geopolitics of engagement: neoliberalism, the war on terrorism, and the reconfiguration of US immigration enforcement,' **Geopolitics** , 12(4): 607–34.

GOLASH-BOZA, T. (2018). 2. President Obama's Legacy as "Deporter in Chief". In **Immigration Policy in the Age of Punishment** (pp. 37-56). Columbia University Press.

GOMES, S., & ACACIO, I. D. P. (2015). United (Mexican) States and the spiral of violence: for a brief critique of the notion of" Failed State"/Estados Unidos (Mexicanos) e a espiral de violência: uma breve critica a noção de" Estado Falido". **Mural Internacional**, 6(2), 278-293.

HADDAL, C., Y. Kim and M. Garcia (2009) **Border Security: Barriers along the US International Border** , Washington, DC: Congressional Research Services.

HASELSBERGER, B. (2014): Decoding borders. Appreciating border impacts on space and people, **Planning Theory & Practice**.

HERNÁNDEZ, K. L. (2010). **Migra!: A history of the US border** patrol (Vol. 29). Univ of California Press.

HEYMAN, J. E J. ACKELSON (2009) 'United States border security after 9/11,' in J. Winterdyk and K. Sundberg (eds), **Border Security in the al-Qaeda Era** , New York: CRC Press, pp. 37–75.

HUNGTITON, S. (2009). The hispanic challenge. **Foreing Policy**. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2009/10/28/the-hispanic-challenge/ Acesso em 9 de junho de 20121.

KAISER, R. (2002) 'Homeland making and the territorialization of national identity,' in D. Conversi (ed.), **Ethnonationalism in the Contemporary World: Walker Connor and the Study of Nationalism** , New York: Routledge, pp. 229–47.

KOLOSOV, V. A. (2015). **Theoretical approaches in the study of borders. Introduction to Border Studies**. Vladivostok: Dalnauka, 33-62.

KNOWLTON, B. (2001) 'Americans back Bush's ultimatum to Taleban; 91% support President, poll on speech shows,' **International Herald Tribune** , 21 Setembro, p. 1.

MURPHY, A. (1996) 'The sovereign state system as political-territorial ideal: historical and contemporary considerations,' in T. Biersteker and C. Weber (eds), **State Sovereignty as Social Construc**t , Cambridge: Cambridge University Press, pp. 81–120.

NEW YORK TIMES (2005) '**Governors say they will raze border town used by smugglers**,' 28 Agosto. A19.

PAASI, A. (2005). Generations and the 'development' of border studies. **Geopolitics**, 10(4), 663-671.

ROSIÈRE, S. and R. Jones (2012) 'Teichopolitics: reconsidering globalization through the role of walls and fences,' **Geopolitic**s , 17: 217–34.

SACK, R. (1986) **Human Territoriality: Its Theory and Practice** , Cambridge: Cambridge University Press.

SZARY, A. L. A., & GIRAUT, F. (2015). Borderities: The politics of contemporary mobile borders. In **Borderities and the politics of contemporary mobile borders** (pp. 1-19). Palgrave Macmillan, London.

SCOTT (2009) **The Art of Not Being Governed: An Anarchist History of Upland Southeast Asia ,** New Haven, CT: Yale University Press.

THOMPSON, G. (2005a) **'In lawless town, the top lawman avoids trouble**,' New York Times , 20 Agosto, p. A4.

WIENER, M. (2002) '**Mexican drug lord's arrest helps Fox as he awaits Bush**,' New York Times , 11 Março. A3